

## AS ECONOMIAS SOCIAIS E SOLIDÁRIAS IMPULSIONADORAS DE ESTRATÉGIAS PARA FIXAR E REPOVOAR O TERRITÓRIO RURAL

Bravo Nico  
*Universidade de Évora*

Fixar pessoas nos territórios de baixa densidade é um processo político, social, económico e cultural que consiste na edificação endógena de corredores possíveis de realização pessoal, profissional e comunitário. Este desafio consiste, na atualidade, num dos mais complexos e sistémicos problemas com que se confronta o mundo rural português, em particular o que se localiza no denominado «Interior de Portugal», território que se estende por todo o país, do Norte Transmontano ao Barrocal Algarvio. Neste texto, apresenta-se uma proposta assente numa interação virtuosa entre as diferentes expressões dos patrimónios locais (natural, ambiental, económico, social e cultural), normalmente mais associadas aos saberes experienciais das gerações mais velhas, e as dimensões científica, técnica e tecnológica, geralmente associadas aos saberes académicos das gerações mais novas. Nas regiões de baixa densidade, qualquer solução de desenvolvimento deverá convocar o contributo de todos os conhecimentos e de todas as pessoas.

### Para começar...

Nas regiões de baixa densidade do interior de Portugal, vive-se, há muitas décadas, um dramático processo de despovoamento jovem e qualificado, que resulta da conjugação do seguinte:

- (i) a rede comunitária de famílias e de instituições públicas e sociais faz um esforço assinalável, para proporcionar aos jovens as melhores condições possíveis para estes concretizarem longos e bem-sucedidos percursos de qualificação;
- (ii) os jovens estudantes, à medida que vão avançando nos respetivos percursos de qualificação, migram para localidades de maiores dimensões, nas quais encontram as ofertas educativas e formativas, que melhor respondem aos seus interesses e aspirações;
- (iii) a dinâmica dos dois anteriores factos, resulta um processo migratório que despovoou os territórios de mais baixa densidade, fazendo-os perder a sua população mais jovem e qualificada e que é, simultaneamente, a mais empreendedora (economicamente) e a mais reprodutora (biologicamente);
- (iv) como resultado destes factos, resulta um despovoamento jovem e qualificado que desvitaliza os territórios que o sofrem, retirando-lhes os recursos humanos mais críticos e necessários para os seus processos endógenos de desenvolvimento.

É neste incontornável contexto demográfico e social que se deve enquadrar a questão da fixação de pessoas nos territórios de baixa densidade e é dentro dele que se devem identificar as variáveis a convocar para a exigente equação do desenvolvimento local destas realidades.

### A questão da rede de qualificação

Uma das principais variáveis da equação despovoadora referida anteriormente é a rede de qualificação existente em cada território, que resulta de dinâmicas diversas e nem sempre convergentes. A rede de qualificação de um território é o resultado da dinâmica de diversas redes que, nele, interatuam:

- (i) a rede escolar de educação de infância – resulta das dinâmicas locais, nomeadamente dos

diversos operadores públicos, sociais e privados e articula-se, por vezes, com as políticas autárquicas;

(ii) a rede escolar ao nível da escolaridade obrigatória (ensinos básico e secundário) – resulta de decisões tomadas no âmbito das escolas e agrupamentos de escolas tuteladas pelo Ministério da Educação articuladas, ou não, com as autarquias locais, em cada território. Nesta dimensão, as cartas educativas municipais deveriam ser assumidas como instrumentos privilegiados de política educativa no território, no âmbito das quais se deveria desenhar o mais adequado e coerente mosaico de qualificação, o que nem sempre acontece;

(iii) a rede de formação profissional – resulta de decisões tomadas por vários atores nacionais e locais: Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP), Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), escolas profissionais públicas e privadas, escolas secundárias com oferta de ensino profissional e outros atores mais ou menos relevantes em cada território (empresas de formação, empresas, instituições sociais). Neste âmbito, destacamos as empresas de formação que têm uma dinâmica quase sempre desarticulada dos restantes operadores, facto que, em certos casos, provoca sobreposição de oferta de qualificação. A rede de formação profissional, como se pode deduzir da diversidade de tutelias e operadores existentes, encontra-se, nos territórios, como um mosaico heterogéneo, pouco coerente e fragilmente articulado com as dinâmicas sociais, económicas e demográficas dos territórios em que se encontra;

(iv) a rede de educação e formação de adultos – resulta de decisões tomadas por um amplo universo de instituições: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional/ANQEP, Centros Qualifica, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, Instituto do Emprego e da Formação Profissional/IEFP, empresas de formação, associações profissionais, instituições sociais e outros atores. Uma rede pouco coerente e instável e muito dependente das circunstâncias políticas e de financiamento, atendendo a que uma parte muito significativa desta é suportada por fundos provenientes de programas promovidos pela União Europeia, que têm sempre associado um prazo de validade e uma intermitência nas suas existência e concretização.

(v) rede de ensino superior universitário e politécnico – resultante das políticas de cada uma das instituições de ensino superior, por vezes pouco articuladas com as instituições de formação dos níveis de qualificação precedentes e nem sempre sensíveis às necessidades, estrangulamentos e potenciais dos territórios em que se localizam.

Do que se pode inferir, a partir do que foi referido anteriormente, a qualificação disponível em cada território – variável crítica de processos locais de desenvolvimento sustentável, inclusivo e promotores de coesão social – resulta de uma, múltipla, complexa e pouco articulada, rede de qualificação na qual coexistem diferentes modalidades de educação e formação promovidas por diversos atores, que operam com diferentes modelos institucionais, se financiam em múltiplas fontes e se dirigem aos mesmos públicos, numa dinâmica com alguma entropia e com menor impacto no desenvolvimento do que a que seria possível se existisse uma maior articulação.

Uma das principais consequências desta realidade consiste na ausência de um pensamento estratégico e de uma prática local consequente, no que se refere à qualificação e ao respetivo papel na promoção do desenvolvimento de cada território, particularmente na responsabilidade que uma coerente rede de qualificação poderia assumir na construção de corredores de qualificação endógenos e promotores da construção e fixação de conhecimentos e de pessoas qualificadas.

Para fixar pessoas, é necessário construir corredores locais de qualificação que permitam percursos endógenos de formação – que podem articular segmentos locais de formação com segmentos externos de formação – relacionados com as características dos territórios, no que respeita aos recursos e património existentes e ao potencial que encerram.

### A ligação qualifica

Se o trabalho nas dimensões de qualificação e os percursos de fixação de pessoas, em qual

Na realidade, se um dos percursos de qualificação particularmente por parte de qualificado, compatível com E na transição entre os percursos jovens vivem um dos seus determinam opções pessoais Em territórios de territórios fragilizados pela geografia e qualificação e de emprego, p: inicial e percursos de inserção os jovens qualificados é elev que decidem fixar-se noutros atividade profissional.

Com o início de uma criam-se as condições para a 59), nomeadamente a dimensão associadas a essa realidade: a Quando estas dimensões se at os acolheram. É aqui que se ve territórios de origem.

Se, neste quadro cultu nos seus territórios de origem, qualificados oriundos de outros

Neste contexto e atend de promoção do emprego, no Dimensões como o apoio ao er de bolsas de investigação são a nova geração de políticas pensa emprego promotores da fixação

Para fixar pessoas, é i permitam percursos endógenos: valorizando localmente as quali locais e externos, de qualificaçã territórios, no que respeita aos re

### O diálogo das gerações e de emprego

Se fica claro que é funda: qualificação e de emprego adapta e culturais específicas de cada te dar para a fixação da população j

s, com as políticas educacionais básicas e secundárias) — resulta das tutelas pelo Ministério da Educação. Nesta dimensão, as cartas legadas de política educativa no presente mosaico de qualificação,

das por vários atores nacionais e internacionais para a Qualificação Nacional, escolas secundárias com cursos em cada território (empresas e organizações locais de formação) e em empresas de formação profissional, facto que, em certos contextos, permite a articulação de formação profissional, como se observa, nos territórios, como um conjunto de dinâmicas sociais, económicas e

decisões tomadas por um amplo conjunto de actores locais, nacionais e internacionais (ANQEP, Centros de Formação e de Trabalho, instituições sociais e outros actores). Políticas e de financiamento, fundos provenientes de programas locais, nacionais e internacionais de qualificação e uma intermitência

ante das políticas de cada uma das instituições de formação dos níveis secundário, terciário e terciário superior, estrangulamentos e potencial dos

recursos, a qualificação disponível e o desenvolvimento sustentável, inclusivo e articulado, rede de qualificação promovidas por diversos actores, múltiplas fontes e se dirigem aos actores locais e ao desenvolvimento do

território; na ausência de um pensamento estratégico e ao respetivo papel da qualificação e ao respetivo papel na responsabilidade que uma política de qualificação endógena e localizadas.

Políticas de qualificação que permitam a articulação de formação com segmentos locais, no que respeita aos recursos

Se o trabalho nas diferentes redes de qualificação é importante, a relação entre os percursos de qualificação e os percursos profissionais é também um aspeto crítico em qualquer política promotora da qualificação de pessoas, em qualquer território.

Na realidade, se um dos mais fortes impulsores despovoadores resulta da migração provocada pelos percursos de qualificação, a migração mais definitiva e consolidada resulta da procura de trabalho, particularmente por parte de jovens qualificados que tentam encontrar um exercício profissional qualificado, compatível com a sua formação académica e com as expectativas que a mesma lhes criou. É na transição entre os percursos de qualificação inicial e a inserção nos percursos profissionais que os jovens vivem um dos seus ciclos vitais mais importantes, uma vez que as decisões aí assumidas determinarão opções pessoais e familiares que, frequentemente, serão definitivas.

Em territórios de baixa densidade populacional e com sistemas económicos e sociais fragilizados pela geografia e pela demografia, quando não existe uma articulação entre as políticas de qualificação e de emprego, particularmente no que respeita à transição entre percursos de qualificação inicial e percursos de inserção profissional, a probabilidade de se gerarem dinâmicas migratórias entre os jovens qualificados é elevada e, quase sempre, se concretiza em saídas definitivas destes jovens que decidem fixar-se noutros territórios que lhes oferecem melhores condições para iniciarem a sua atividade profissional.

Com o início de uma atividade profissional compatível com a qualificação, em muitos casos, criam-se as condições para a ativação de outras dimensões vitais dos jovens (Chagas Lopes, 2019: 59), nomeadamente a dimensão familiar, através da constituição das respetivas famílias e das decisões associadas a essa realidade: a habitação, os filhos, o acesso aos serviços de saúde e de educação, etc. Quando estas dimensões se ativam, começam a criar-se novas raízes entre os jovens e os territórios que os acolheram. É aqui que se verifica a quebra, definitiva e irreversível, do laço entre os jovens e os seus territórios de origem.

Se, neste quadro cultural, social e económico, é pouco provável fixar os jovens qualificados nos seus territórios de origem, menos provável será que ocorra, nestes contextos, a fixação dos jovens qualificados oriundos de outros mais desenvolvidos.

Neste contexto e atendendo às razões expostas anteriormente, é urgente rever os processos de promoção do emprego, nomeadamente as que regulam os processos de integração profissional. Dimensões como o apoio ao emprego jovem, os programas de estágios profissionais ou de atribuição de bolsas de investigação são variáveis fundamentais no desenho, concretização e avaliação de uma nova geração de políticas pensadas e instituídas com a finalidade de criar corredores de qualificação e emprego promotores da fixação de jovens qualificados em territórios de baixa densidade.

Para fixar pessoas, é necessário construir corredores locais de inserção profissional que permitam percursos endógenos de transição entre os percursos de qualificação e de trabalho — valorizando localmente as qualificações académicas e profissionais e que podem articular segmentos locais e externos, de qualificação e de qualificação e emprego — relacionados com as características dos territórios, no que respeita aos recursos e património existentes e ao potencial que encerram.

### O diálogo das gerações e dos saberes na construção endógena de fileiras de qualificação e de emprego

Se fica claro que é fundamental a criação e concretização de uma nova geração de políticas de qualificação e de emprego adaptadas às circunstâncias geográficas, demográficas, sociais, económicas e culturais específicas de cada território, particularmente no que se refere ao contributo que possam dar para a fixação da população jovem e qualificada, então torna-se necessário um pensamento e uma

prática que suportem a emergência de um modelo de desenvolvimento local sustentável e inclusivo. Um pensamento e uma prática que – promovendo a participação de todas as pessoas e a concretização de um diálogo, ativo e cooperativo, entre todas as gerações, todos os saberes e todos os protagonistas pessoais e institucionais – contribua para a construção local de fileiras de qualificação e de emprego em que a diferenciação assente na singularidade do património cultural, social e económico do território e o valor acrescentado resulte do contributo qualificado das novas gerações.

As redes de qualificação e de emprego devem ser desenhadas assumindo alguns princípios básicos. Neste pressuposto, apresentamos, em seguida, alguns dos vértices desta nova geometria de pensamento e de prática, no âmbito dos processos de desenvolvimento local:

a) em cada território, garantir, a todas/os, o exercício do direito à educação/formação, na máxima quantidade e qualidade possíveis, em condições de equidade e de igualdade de oportunidades;

b) proporcionar, à população de cada território, a maior diversidade possível de percursos de qualificação, garantindo uma, adequada e complementar, articulação entre todos os operadores, evitando sobreposições e redundâncias de oferta e a competição autofágica pelos (poucos) públicos disponíveis. Aqui, o trabalho de articulação e regulação da rede de oferta de qualificação é determinante e deve ser concretizado numa base local e regional, por forma a potenciar, longas e sustentáveis, fileiras de qualificação assentes no património e no potencial de cada território;

c) construir percursos de qualificação personalizados que atendam aos interesses de cada pessoa, considerando todas as oportunidades disponibilizadas pela oferta existente no território e a articulação das mesmas com as oportunidades disponíveis em ofertas exteriores ao território, privilegiando a articulação possível entre ambas;

d) garantir a possibilidade de concretização de percursos longos e coerentes de qualificação (incluindo o ensino superior), no território (nível regional), articulados com fileiras de integração profissional que promovam uma transição, preparada, gradual e eficaz, entre a qualificação e o trabalho. Nesta dimensão, devem envolver-se as instituições de formação, as instituições sociais, as autarquias locais, as empresas e os serviços do estado presentes no território e com responsabilidades políticas e técnicas na educação/formação e no emprego;

e) direccionar, de forma privilegiada, os financiamentos disponíveis nos programas de promoção do desenvolvimento e de coesão territorial e social para a valorização de fileiras integradas de qualificação e de emprego ancoradas no território e com potencial evidente de beneficiarem do contributo da qualificação, ao nível da inovação e da criação de valor;

f) promover, nos percursos de qualificação e de integração profissional, o contacto e o trabalho cooperativo entre pessoas de diferentes gerações e com distintos perfis de conhecimento (académicos ou experienciais). Esta interação é determinante para garantir a possibilidade de construir fileiras de atividade económica e social que resultem da participação de pessoas de diferentes idades e com distintos perfis de conhecimentos. Por outro lado, com esta abordagem interativa e cooperativa, pode garantir-se a patrimonialização dos conhecimentos experienciais construídos e transmitidos pelas gerações mais velhas – que se constituem como pilares identitários dos territórios – e a sua renovação, pela ação inovadora e transformadora, das gerações mais novas. Por último, uma abordagem territorializada, intergeracional e integradora de todos os saberes e focada na promoção do desenvolvimento local poderá garantir a emergência de fileiras económicas e sociais diferenciadas e com capacidade de existência e de competição num mercado global que privilegia produtos singulares, com forte identidade cultural e associados a experiências de vida autênticas e sustentáveis. É esta a principal marca dos territórios rurais de baixa densidade demográfica que ainda mantêm uma economia local ambientalmente pouco agressiva, sustentável e promotora de inclusão social. Características que, atualmente, são muito valorizadas pelos consumidores, nas suas escolhas;

g) as políticas de t profissional devem prever de jovens qualificados e desenvolvem a sua atividade podem beneficiar do contu deverão, também, conside parte dos jovens que pret para a concretização destas (com ou sem recurso aos f instituições do território.

#### A Solidariedade n

No centro de gravic crítica de qualquer equaçã oportunidades. Nos territó instituições sociais e empr desígnio fundamental para l

A Solidariedade pot ou da Proteção Social. A So no trabalho, na economia e

a) A Solidariedade de diferentes origens e com tecnológicos, mais presentes disponíveis nos contextos n que é um valioso patrimóni educativos de cada territó disponíveis na rede de institu civil (sociais, desportivas, c empresas locais e nos espaç que, embora tenham natureza que podem dar para as dinâir

Assim sendo, é fundú de todo este universo de sal e daqueles que os possuem enriquece-se com os conheci beneficia dos contributos do suas gentes; a formação do A construção civil que domina Design aumenta com a arte d melhora com o acesso aos cc formação dos agricultores loc mais velhos beneficiam com o o contributo do especialista do Engenheiro Têxtil, .... É esta ; estabelece laços entre os seus processo de inovação que resp

de jovens qualificados em instituições sociais e empresariais do território, desenvolvem a sua atividade em áreas que contribuem para a consolidação da identidade local e que podem beneficiar do contributo científico e de inovação desses jovens. Por outro lado, estas políticas deverão, também, considerar a possibilidade de apoio ao empreendedorismo económico e social, por parte dos jovens que pretendam desenvolver a sua atividade autónoma. O esforço de financiamento para a concretização destas políticas de transição qualificação-trabalho deverá ser assumido pelo estado (com ou sem recurso aos financiamentos europeus), pelas autarquias locais e pela rede de empresas e instituições do território.

#### A Solidariedade no centro das políticas

No centro de gravidade da proposta que aqui se apresenta, encontra-se a Solidariedade, variável crítica de qualquer equação de desenvolvimento sustentável, inclusivo e promotor de igualdade de oportunidades. Nos territórios de baixa densidade, onde vivem poucas pessoas e existem poucas instituições sociais e empresariais, a construção e o reforço dos laços solidários entre todos é um designio fundamental para garantir maiores e melhores oportunidades para todos.

A Solidariedade pode e deve praticar-se fora do perímetro dos espaços da Solidariedade Social ou da Proteção Social. A Solidariedade pode ser um importante fator de diferenciação na qualificação, no trabalho, na economia e no desenvolvimento:

a) A Solidariedade nos processos de qualificação: em todos os territórios coexistem saberes e diferentes origens e com diversos graus de formalização. Entre os limites dos saberes científicos e tecnológicos, mais presentes nos contextos formais de educação, e dos saberes empíricos e experienciais, disponíveis nos contextos não formais e informais de educação, existe um universo de conhecimentos que é um valioso património de cada comunidade. Na realidade, a cartografia atenta dos contextos educativos de cada território revela-nos sempre um conjunto, rico e diverso, de conhecimentos disponíveis na rede de instituições formais de educação e formação, na rede de instituições da sociedade civil (sociais, desportivas, culturais, recreativas, juvenis, de idosos, comunitárias, entre outras), nas empresas locais e nos espaços urbanos e naturais. Em todos estes contextos, existem conhecimentos que, embora tenham naturezas e formalizações diversas, apresentam um valor equivalente, no contributo que podem dar para as dinâmicas locais de desenvolvimento.

Assim sendo, é fundamental que os processos de qualificação possam contar com o contributo de todo este universo de saberes, numa construção educativa baseada na solidariedade dos saberes e daqueles que os possuem e podem disponibilizar. A formação de um licenciado em Agronomia enriquece-se com os conhecimentos dos agricultores locais; a formação de um licenciado em História beneficia dos contributos do conhecimento dos mais velhos acerca da história das suas terras e das suas gentes; a formação do Arquiteto ou do Engenheiro Civil melhora com os saberes dos mestres de construção civil que dominam as técnicas tradicionais de construção; a formação do licenciado em Design aumenta com a arte dos mestres carpinteiros; a formação do licenciado em Engenharia Têxtil melhora com o acesso aos conhecimentos das experientes tecelãs... O inverso também se verifica: a formação dos agricultores locais enriquece-se com o contributo do jovem Agrónomo; os saberes dos mais velhos beneficiam com o contributo do Historiador; o trabalho do mestre carpinteiro aumenta com o contributo do especialista do Design; a indústria tradicional da tecelagem melhora com o contributo do Engenheiro Têxtil, .... É esta a Solidariedade dos saberes. Uma Solidariedade que une conhecimentos, estabelece laços entre os seus detentores, promove o trabalho cooperativo e permite estabelecer um processo de inovação que respeita e valoriza a identidade local.

b) A Solidariedade nos processos de integração profissional: qualquer processo de integração profissional é um percurso de aprendizagem, durante o qual ocorre um diálogo entre a teoria e a prática. A teoria, assumida como o conjunto de conhecimentos construído e desenvolvido durante um percurso de qualificação inicial, e a prática, entendida como a oportunidade de um exercício profissional em contexto real e num contexto de supervisão, no qual, com alguma frequência, a pessoa academicamente mais qualificada e mais inexperiente é supervisionada por uma pessoa academicamente menos qualificada mas mais experiente.

Este momento de integração profissional é uma excelente oportunidade de estabelecimento de trabalho cooperativo com uma dupla dimensão de aprendizagem e de experiência. Se, por um lado (o mais óbvio), a integração profissional é pensada na perspetiva do mais inexperiente e todo o contexto de formação é desenhado e concretizado para a aquisição de experiência, por parte do mais inexperiente, por outro lado, ela poderia, também, ser pensada na perspetiva do mais experiente que, no contacto com um novo protagonista – normalmente mais jovem, mais qualificado, mais inovador e mais próximo da tecnologia –, tem uma oportunidade única de iniciar, também, um percurso de aprendizagem que lhe proporcionará uma atualização e requalificação.

Assim os momentos de integração profissional dos mais jovens como oportunidades de requalificação dos menos jovens e de reconfiguração da atividade das instituições poderá ser uma oportunidade de se estabelecer uma nova relação – mais cooperativa e solidária – entre todos os protagonistas destes percursos. Uma relação que poderia induzir uma mais interessante dinâmica de inovação e modernização na atividade desenvolvida pelos contextos de acolhimento dos «estagiários» ou dos «bolseiros», permitindo que o aumento da amplitude institucional e do perímetro funcional proporcionados pelo contributo qualificado destes pudesse acolher, mais tarde, o seu próprio exercício profissional.

c) A Solidariedade na economia: a economia dos territórios de baixa densidade resultará sempre do contributo das (poucas) pessoas que neles habitam e desenvolvem a sua atividade. Será, por isso, uma economia com baixa intensidade de mão-de-obra, pelo simples facto de que ela não existe em grande quantidade. Assim sendo, a economia dos territórios de baixa densidade assentará, sempre, em atividades que possam gerar muito valor com pouca mão-de-obra. Isto só é possível com um sistema económico que consiga gerar produtos muito diferenciados e singulares e que se consigam impor num mercado intencionalmente povoado em todas as áreas e com preços para todas as bolsas. Neste quadro, o produto do território de baixa densidade será competitivo, se for diferenciado, sustentável, solidário e proporcionar uma experiência de vida única a quem o adquirir. Características que só serão possíveis de juntar em atividades económicas que resultem do contributo de todos os saberes, de todas as pessoas e da cooperação, justa e solidária, de todos os protagonistas: é o caso do vinho do Alentejo produzido nas modernas Adegas, originado nas antigas castas e preparado pelos melhores engenheiros e pelos mais experientes podadores e apanhadores de uvas; é o caso da cortiça extraída dos antigos sobreiros pelos mais experientes mestres tiradores de cortiça e preparada pelos mais competentes técnicos das unidades industriais e de transformação; é o caso dos mais saborosos queijos tradicionais confeccionados pelas mais exigentes técnicas de produção e confeccionados com o leite das ovelhas e das cabras das nossas raças autóctones pastoreadas pelos mais conhecedores pastores nas mais idílicas paisagens; é o caso das habitações tradicionais construídas de acordo com as mais exigentes regras antissísmicas e com os acabamentos mais tradicionais de cada região que só os mais velhos mestres ainda conhecem...

Só com o contributo articulado e solidário de todos será possível dinamizar uma «economia de baixa densidade demográfica e de alto valor acrescentado» nos territórios de baixa densidade demográfica;

d) A Solidariedade no desenvolvimento: do que foi, anteriormente, referido, pode deduzir-se que

o modelo de desenvolvimento passará pela concretização e de emprego e nas principais com a inovação. É neste contexto que os processos mais passarão, certamente, as principais jovens mais qualificadas.

Estamos, pois, perante um confronto, na atualidade política que promovam o equívocos de desenvolvimento

Conhecer, avaliando o impacto educação, proteção de mobilidade e co pessoas e entre esta considerar – produz novos padrões de importantes serviços: global a que pertence

o modelo de desenvolvimento mais adequado, para territórios rurais de baixa densidade demográfica, passará pela concretização de uma dimensão intergeracional e solidária nos percursos de qualificação e de emprego e nas principais fileiras económicas, principalmente nas que cruzam a identidade local com a inovação. É neste cruzamento solidário e intergeracional de saberes e experiências vitais que se geram os processos mais inovadores, sustentáveis e inclusivos nas economias locais. É por aqui que passarão, certamente, as políticas promotoras da fixação de pessoas nestas regiões, particularmente dos jovens mais qualificados.

Estamos, pois, perante um dos maiores desafios com que o mundo rural português está confrontado, na atualidade. Um desafio que nos convoca para o desenho de uma nova geração de políticas que promovam o necessário equilíbrio entre todas as variáveis que coexistem nas complexas equações de desenvolvimento nestes territórios. Um desafio que temos que vencer, uma vez que:

Conhecer, analisar e compreender as dinâmicas demográficas da região – avaliando o impacto que as mesmas estão a provocar nos sistemas sociais (saúde, educação, proteção social), nos serviços públicos, nos sistemas económicos, culturais, de mobilidade e comunicação, na gestão dos recursos naturais, nas relações entre as pessoas e entre estas e o seu território ou em qualquer outra dimensão que se queira considerar –, produzindo conhecimento científico que suporte novas políticas públicas e novos padrões de atuação, é um exercício científico da maior pertinência e um dos mais importantes serviços públicos que se podem prestar ao país e aos contextos europeu e global a que pertencemos (Nico & Nico, 2018:17).

#### Referências Bibliográficas

CHAGAS LOPES, MARGARIDA (2019). As transições protagonizadas pelos jovens: educação, mercado de trabalho e família. *Dirigir & Formar*, 130, 57-60

NICO, LURDES & NICO, BRAVO (2018). *Curriculo, Educação Popular e Responsabilidade Social na Universidade*. Santo Tirso: De Facto